

# Por onde começar a desindexar? O critério deve ser social

Paul Singer (\*)

O debate econômico enriquece, mais uma vez, a língua com um neologismo: desindexação. Significa, genericamente, deixar de corrigir os preços, dívidas e rendimentos pela inflação. Mas a expressão está sendo usada pelos porta-vozes do FMI, do governo e da nova oposição conservadora — Gudin, Bulhões, Campos, etc. — para se referir apenas ao reajustamento inferior à inflação dos salários. Para isso já tínhamos há muitos anos uma palavra familiar aos trabalhadores: “arrocho”. Só que arrocho soa mal, pois se refere ao prejuízo que a referida medida causa aos assalariados. Desindexação, por seu lado, chama a atenção ao efeito esperado, ou seja, à queda da inflação, coisa que todos desejam.

O que os proponentes da desindexação ocultam é que, para fazer a inflação cair, de modo algum é necessário começá-la pelos salários. Ela poderia ser iniciada, p.ex., pelos preços ou pelos ganhos financeiros ou pelos aluguéis, etc. O fundamental é que o grande perdedor é sempre o grupo social pelo qual o processo é iniciado. Os demais terão prejuízos menores, que caem a zero em relação aos últimos. Desindexação é uma operação em que a ordem certamente afeta o resultado.

Temos experiência concreta disso dos tempos nada saudosos, quando Octávio Bulhões e Roberto Campos ocupavam o comando da política econômica, sob a presidência de Castello Branco. Para baixar a inflação inventou-se

uma fórmula pela qual os salários deveriam ser reajustados até o seu valor médio durante o ano anterior, o qual era naturalmente bem menor que o seu valor um ano antes. A isso se acrescentava a metade da inflação futura prevista. O governo nesta previsão sempre errava para menos, e os salários reais foram duramente golpeados, sobretudo dos que ganhavam menos. A inflação realmente diminuiu, porém os assalariados de baixa renda jamais se recuperaram do prejuízo. Até agora o salário-mínimo está achatado pela “desindexação” dos anos 60.

É perfeitamente razoável supor que a queda da inflação requeira a desinde-

xação de algum rendimento, pois numa economia totalmente indexada — o que não é bem o caso da nossa — um determinado nível de inflação só pode aumentar ou ficar constante, jamais cair. Se a inflação for, p. ex. de 120%, como agora, e tudo for reajustado a pelo menos 120%, é lógico que custos e preços continuarão a subir pelo menos 120% ao ano. Se alguns preços ou custos subirem mais, a inflação aumentará. Para fazê-la cair é indispensável romper a inércia inflacionária em algum ponto.

Mas a teoria não indica que ponto deve ser este. Qualquer grupo social que se apropria de uma parcela expressiva da Renda Na-

cional poderá ser desindexado: governo, empresários que vendem no mercado interno, exportadores, capitalistas financeiros ou assalariados. A desindexação de qualquer um deles fará com que caia o ritmo de ascensão de certos preços, o que contagiara outros, já que a maioria dos preços são custos que entram na formação de outros preços. A queda dos juros, p. ex., deveria ter um efeito sensível sobre a subida de muitos preços. A desindexação dos aluguéis residenciais e prestações do Sistema Financeiro de Habitação certamente faria cair o ritmo de aumento do INPC, repercutindo sobre os reajustamentos dos salários.

Quando a inflação começa a cair — o que sempre leva tempo — a desindexação dói cada vez menos. Suponhamos que, com a inflação a 120%, o grupo desindexado receba um reajustamento de apenas 60%. Mesmo que no ano seguinte a inflação caia para 90%, os seus ganhos reais terão diminuído cerca de 16%. Se, neste ano, um outro grupo for reajustado em 45% (outra vez pela metade da inflação) e no 3º ano os preços subirem “apenas” 65%, sua perda real será de 12%. E se, vários anos depois, a inflação for de 20%, o reajustamento cair para 10% e no ano seguinte os preços subirem apenas 15%, a perda

real será de apenas 4,3%. Se houver realmente o propósito de desindexar a economia, o critério de por onde começar deve ser social. São os setores mais privilegiados, os que mais ganharam no período anterior e que dispõem de maior folga financeira, os que figuram como candidatos naturais ao início da desindexação. É claro que os assalariados, sobretudo a grande massa que ganha menos que o indispensável para sustentar a família, não fazem parte destes setores. Não é preciso mais do que bom senso para perceber isso.

(\*) Professor de Economia da PUC e membro do Cebrap, de São Paulo.